



22 a 25  
de agosto  
de 2018



50 anos Apub: o movimento docente  
e o futuro da universidade pública

Caderno de resumos  
dos trabalhos inscritos



Coordenação Geral:  
Luciene Fernandes (Presidenta da Apub)

Coordenação Executiva:  
Cláudia Miranda Souza (Faced)  
Raquel Nery Lima (Diretora Acadêmica/Apub)  
Emanuel Lins Freire (Direito)  
Maurício Lima Barreto (ISC)  
Cláudia Feio (CCS/UFRB)  
Antônio Albino Rubim (IHAC)  
Ana Clara Rebouças (FOUFBA)  
Cláudio André de Souza (Unilab)

Coordenação Científica:

**Edilza Correia Sotero (Faced/UFBA)**  
**Nildo Ribeiro (ICS/UFBA)**  
GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e diversidade sexual

**Emanuel Lins Vasconcelos (Direito)**  
**Albino Rubim (IHAC)**

GT Autonomia e judicialização da vida universitária + universidade, cultura e democracia

**Uilma Matos**  
**Lúcio Vieira (ADUFRGS Sindical)**  
**Marta Lícia Teles (Faced/UFBA)**  
**Eduardo Rolim (ADUFRGS)**  
GT Educação, Ação Política e Democracia

**Enio Pontes (ADUFC Sindicato)**  
**Ana Lúcia Góes (ICS/UFBA)**  
GT de Ciência e Tecnologia

**Joviniano Neto (FFCH/Aposentado)**  
**Rútildes Fonseca (Faced/Aposentada)**  
GT Financiamento, expansão e condições de trabalho + Carreira e Aposentadoria

## APUB – SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA (2016-2018)

Presidenta  
Luciene da Cruz Fernandes

Vice-presidente  
Ricardo Fernandes Carvalho

Diretora Administrativa  
Danielle Souto de Medeiros

Diretora Financeira  
Leopoldina Cachoeira Menezes

Diretora Acadêmica  
Raquel Nery Lima Bezerra

Diretora de Comunicação e Cultural  
Hebe Alves da Silva

Diretora Social e de Aposentados  
Elvira Barbosa Quadros Cortes

### CONSELHO FISCAL

Titular – Caiuby Alves da Costa  
Titular – Auristela Felix de Oliveira Teodoro  
Titular – Antonio Clodoaldo de Almeida Neto  
Suplente – Maria de Fátima da S. Pinto Peixoto  
Suplente – Eliete da Silva Bispo

## ÍNDICE APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS

### Dia 23 de agosto

<b>GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e diversidade sexual .....</b>	<b>5</b>
1 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS: O LEGADO NECESSÁRIO NO ENSINO SUPERIOR.....	5
2 - MULHERES NA UNIVERSIDADE NO SÉC XXI .....	5
3 - CONEXÕES ENTRE CONCEITOS DE DIREITOS HUMANOS, ARQUIVO E MEMÓRIA .....	6
4 - CONCEITUAÇÃO NORMATIVA DE RAÇA, GÊNERO E ETNIA .....	7
5 - POR UMA EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA JOVENS NEGROS (AS) EM SALVADOR-BAHIA .....	7
6 - A CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS LICENCIATURAS DA UFBA ...	8
7 - PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE E INTERSECCIONALIDADE.....	8
8 - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA EM DIREITOS HUMANOS.....	9
<b>GT Educação, Ação Política e Democracia (1).....</b>	<b>10</b>
1 - ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM VISITA GUIADA À UNIVERSIDADE .....	10
2 - ITINERÂNCIAS FORMATIVAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL .....	10
3 - A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACED/UFBA .....	11
4 - A FORMAÇÃO DOCENTE DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFBA .....	11
5 - A ANFOPE NO CONTEXTO DE (CONTRA) REFORMAS E RESISTÊNCIA .....	11
6 - PL 7.180/14 E APENSADOS: UM ATAQUE CONTRA A EDUCAÇÃO E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS .	12
<b>GT Universidade, Cultura e Democracia + Autonomia e Judicialização da Vida</b>	
<b>Universitária.....</b>	<b>13</b>
1 - IMPLEMENTAR A LEI DE COTAS RACIAIS NA UFBA! .....	13
2 - O DESAFIO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E NA BAHIA .....	13
3 - DANÇA-FÓRUM E DANÇA-IMAGEM - AÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRÁTICAS NA EDUCAÇÃO EM DANÇA.....	14
4 - CONCEITOS TENSOS E IMPLICADOS NA TEORIA DA COMPLEXIDADE: UNIVERSIDADE, CULTURA E DEMOCRACIA .....	14
5 - O GOLPE DE 2016: EXPRESSÕES DO ESTADO DE EXCEÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA .....	15
6 - PROFESSORES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE E DE UM PROJETO NACIONAL .....	15

### Dia 24 de agosto

<b>GT Educação, Ação Política e Democracia (2).....</b>	<b>16</b>
1 - FAZER O BALANÇO DA FILIAÇÃO AO PROIFES .....	16
2 - AS GREVES NAS UNIVERSIDADES: 1980 A 2015 .....	17
3 - EDUCAÇÃO DO CAMPO É DIREITO E NÃO ESMOLA: FECHAMENTO DE ESCOLAS NA BAHIA .....	17
4 - UNIDADE NA LUTA: CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES .....	17



5 - EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA .....	18
6 - A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DA BAHIA DE 2008 A 2016.....	19
7 - OS VALORES HUMANOS SEGUNDO A NEUROCIÊNCIA .....	19
8 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DESEMPENHO ACADÊMICO ATRAVÉS DAS REDES BAYESIANAS.....	20

**GT Ciência e Tecnologia ..... 21**

1 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SOBERANIA .....	21
2 - INSTITUTOS FEDERAIS DA BAHIA E BAIANO: CONQUISTA DO POVO E DEVER DO ESTADO MANTER E EXPANDIR .....	21
3 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES NAS IES PÚBLICAS - AÇÃO ESTRATÉGICA DE INTERESSE DO MOVIMENTO DOCENTE.....	22
4- CIÊNCIA E TECNOLOGIA – FATOR DE CONVERGÊNCIA E ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO .....	22

**GT Financiamento, expansão e condições de trabalho + Carreira e aposentadoria..... 24**

1 - O DESMANTELAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DO GOLPE.....	24
2 - FINANCIAMENTO, PRODUTIVISMO E EDITALIZAÇÃO - CONDIÇÕES DE TRABALHO INTENSIFICADO DO CORPO DOCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO .....	24
3 - A VERTICALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E TECNIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO .....	25
4 - DA REPROVAÇÃO AO FRACASSO ACADÊMICO NAS DISCIPLINAS DO CURSO QUÍMICA, NO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UFBA.....	25
5 - CARREIRA VALORIZADA = APOSENTADORIA DIGNA .....	26
6 - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE E SALÁRIO, VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO SOCIAL DA PROFISSÃO .....	26
7 - OS SINDICATOS E OS SEUS APOSENTADOS .....	26
8 - CARREIRA E APOSENTADORIA NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS NUMA ÉPOCA DE INCERTEZAS.....	27

# I CONGRESSO DOCENTE APUB APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS

**Dia 23 de agosto**

## **GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e diversidade sexual**

**Coordenação: Edilza Sotero (Faced/UFBA) e Nildo Ribeiro (ICS/UFBA)**

### **1 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS: O LEGADO NECESSÁRIO NO ENSINO SUPERIOR**

AUTOR/A PRINCIPAL: Josiane Cristina Climaco (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA)

RESUMO: Este trabalho propõe a transversalidade do ensino da Educação das relações étnicos raciais em todo o ensino superior. O Brasil desde o seu processo de escravidão e exploração ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento e formação de sociedade excludentes, impedindo que milhões de brasileiros(as), especialmente negros(as) e indígenas tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Defendemos uma organização curricular que retrate a verdadeira história sobre o legado (conhecimento) Africano, Afro brasileiro e Indígena que tanto contribuíram para o desenvolvimento do país. De acordo com a minha experiência enquanto professora colaboradora em um módulo na Atividade Curricular em comunidade e em sociedade - ACCS na Universidade Federal da Bahia, o ENFB89 - Promoção do desenvolvimento de Comunidades Quilombolas 2017.1; 2017.2 e 2018.1; Coordenadora do Grupo temático (GT) Educação das relações étnicos raciais na educação básica, tecnológica e ensino superior no Congresso de pesquisadores negros e negras do nordeste em 2017 com 67 trabalhos inscritos e 58 aprovados em diversas áreas do conhecimento, podemos constatar a relevância do acesso de estudantes de graduação e licenciaturas em todo país aos debates sobre classe, raça e gênero de forma interseccional e o ensino da história e cultura Africana, Afro brasileira e Indígena, a fim de primar por futuras gerações de profissionais que possibilitem o desenvolvimento humano do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: classe; educação; ensino superior; racismo; relações étnico-raciais

### **2 - MULHERES NA UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI**

AUTOR/A PRINCIPAL: Patrícia Valim (FFCH/UFBA)

RESUMO: A sensação de falta de tempo é um legado do capitalismo e por isso é constantemente resignificada. Atualmente, essa sensação tem sido alçada ao patamar de epidemia contemporânea em razão da aceleração de conexões e supressão de fronteiras que invadiu todas as esferas da nossa existência, deixando-nos em um constante estado de angústia causado pelas possibilidades não alcançadas, em uma época cujo espírito é o "tudo ao mesmo tempo agora". Na vida universitária brasileira, essa angústia causada pela falta de tempo é pautada, sobretudo, pela pressão da aceleração quantitativa da produção cientí-



fica, com objetivo de atender critérios numéricos das atuais avaliações, obrigando-nos a lecionar, pesquisar, publicar, participar de eventos em escala e ritmo quase industriais. Quando pensamos esse processo por meio do marcador de gênero, essa sensação de angústia pela falta de tempo se intensifica, uma vez que nós – mulheres, companheiras, mães, professoras, pesquisadoras, militantes – fomos e ainda somos constantemente pressionadas a estender o regime de dedicação exclusiva da esfera do nosso trabalho acadêmico para as demais esferas da nossa existência. A universidade é pensada como um espaço de predominância masculina com códigos de conduta, vestimenta e quantidade de produção científica que retroalimentam um “modelo masculino de sucesso acadêmico”, criam desigualdades e hierarquizam cargos e progressões da carreira.

PALAVRAS-CHAVE: universidade; gênero; assimetrias

### 3 - CONEXÕES ENTRE CONCEITOS DE DIREITOS HUMANOS, ARQUIVO E MEMÓRIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Leandro Coutinho Silva (ICI-UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Zeny Duarte (ICI-UFBA)

RESUMO: Apresentar-se-ão reflexões e conexões entre conceitos de direitos humanos, arquivo e memória. Embora sejam conceitos diferentes por natureza e pouco estudados pela Arquivologia e Ciência da Informação, esta abordagem destaca elementos que os aproximam. Os direitos humanos, enquanto direitos históricos e heterogêneos, de difícil conceituação, sobretudo pelos profissionais da informação, fruto do desenvolvimento das sociedades, acabam sendo elementos que oferecem sentido às suas interfaces. Assim, esta pesquisa reflete sobre a compreensão que se têm acerca dos arquivos de direitos humanos, sinalizando que tal classificação não está apenas relacionada à espécie documental, mas sim ao valor secundário dos documentos, na medida em que contribuem para a defesa dos direitos humanos. Em seguida, faz-se necessário refletir sobre o conceito de memória em uma visão que ultrapassa o sentido de memória que somente revisa o passado. No tocante aos procedimentos metodológicos, este estudo, com enfoque descritivo e de abordagem qualitativa, caracteriza-se enquanto um estudo de caso, utilizando como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Observar-se-á a recomendação de que a Arquivologia e a Ciência da Informação devam ampliar espaços de reflexões acerca do conceito de direitos humanos, sobretudo no sentido de compreender, tanto a sua natureza política quanto o papel político do profissional da informação, na afirmação dos ditos direitos. Concluir-se-á, afirmando: uma sociedade que respeita os direitos humanos deve disponibilizar, amplamente, à sociedade, suas memórias – materializadas – através dos documentos de arquivo. Para tal, este estudo apontará à necessária reflexão acerca dos conceitos de direitos humanos, arquivo e memória, invariavelmente, interrelacionados.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; arquivo; memória; arquivologia; ciência da informação.

#### 4 - CONCEITUAÇÃO NORMATIVA DE RAÇA, GÊNERO E ETNIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Helianildes Silva Ferreira (Instituto de Química e CEAQ/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Whálesson Ronan Lopes Braga (Instituto de Química/UFBA); Lucas da Silva São Thiago (Faculdade de Direito/UFBA)

RESUMO: Neste ensaio, estudantes de diferentes cursos da UFBA, fazem reflexões sobre a conceituação filosófica, jurídica e social de Raça, Gênero e Etnia dando uma conotação da aplicação do conceito na realidade histórica de cada um. Fazem assim uma incursão pela Biologia, Sociologia, Filosofia e Ciências Jurídicas para estabelecer de uma forma mais pragmática a conceituação legal destes termos. Discorrem também sobre as principais políticas de assistência estudantis presentes na Educação Brasileira, e como ela vem transformando a realidade do povo.

PALAVRAS-CHAVE: raça; etnia; cor

#### 5 - POR UMA EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA JOVENS NEGROS (AS) EM SALVADOR-BAHIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Josiane Cristina Climaco (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Claudio Lira Santos Júnior (Faced/UFBA)

RESUMO: O presente estudo busca demonstrar a relação entre a exclusão e abandono que envolve o (a) jovem negro (a) pobre, oriundo de bairros periféricos em Salvador e a prática educacional vigente, que reforça os papéis sociais pré-estabelecidos por uma sociedade declaradamente racista e pelo controle sobre os grupos historicamente excluídos na sociedade e na educação brasileira. A demonstração desta relação será estabelecida a partir de três fontes de dados: a referência bibliográfica de Anibal Ponce (2000) e sua obra "Educação e Luta de Classe; a referência da obra de Paulo Freire (1970; 1978), em especial, o livro "Pedagogia do Oprimido"; os dados empíricos sobre a situação da juventude negra e o trabalho formativo em escolas públicas". Ao discutir o papel da escola na produção e reprodução de uma ideologia dominante e hegemônica, diante da atual conjuntura brasileira, temos como objetivo ampliar as referências explicativas sobre o que é a exploração de classe, o processo de opressão e o reforço dos privilégios da classe dominante que mantém a classe trabalhadora subalterna. Paulo Freire (1978) também nos demonstra a violência dos opressores que os faz desumanizados e que esta relação de opressão de classe coloca uma tarefa para os oprimidos, "...a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – é libertar-se a si e aos opressores." Esta violência que se expressa em condutas racistas, homofóbicas, nazistas, fascistas, discriminatória em todos os sentidos, nos impõe refletir sobre uma educação contra hegemônica revolucionária (SOUZA, 1987). O estudo apresenta através dos referenciais teóricos uma educação revolucionária, antirracista, que possibilita os moldes de uma educação libertadora, emancipatória que se ancora em enfrentar, derrotar, desconstruir, todas as formas de opressão e submissão. Isto significa uma educação que, nas condições objetivas colocadas, sinaliza e constrói a superação, em um período de transição (TROTSKY, 2009), de um modo de produção de exploração da classe trabalhadora para um modo de produção que supere a subsunção do trabalho ao capital e que supere a posição oprimida dos (as) jovens negros (as) na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: educação revolucionária; jovens negros(as); racismo; capitalismo.



## 6 - A CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS LICENCIATURAS DA UFBA

AUTOR/A PRINCIPAL: Daiane da Luz Silva (IHAC/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Maria Constantina Caputo (IHAC/UFBA); Renata Meira Veras (IHAC/UFBA)

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo analisar a inclusão da temática educação em direitos humanos nos currículos das licenciaturas da UFBA. O principal marco teórico foi a Resolução 01/2012 do CNE/MEC, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos (EDH). A partir destas diretrizes e por meio de uma pesquisa exploratória do tipo documental, foram analisadas todas as ementas dos componentes curriculares obrigatórios distribuídos nos 38 currículos das licenciaturas da UFBA, ofertadas na modalidade presencial, nos turnos diurno e noturno. A conclusão da pesquisa resultou na constatação de que nenhum curso analisado está em conformidade com as diretrizes curriculares para a EDH. Considerou-se, portanto, que há uma lacuna na composição curricular que, por consequência, poderá causar impactos negativos tanto na formação dos discentes quanto na avaliação da qualidade dos cursos. Ademais, a EDH é fundamental para a formação de sujeitos de direitos atuantes contra todas as formas de preconceito e discriminação, cujas práticas promovam a cultura dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: currículo; universidade; educação em direitos humanos.

## 7 - PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE E INTERSECCIONALIDADE

AUTOR/A PRINCIPAL: Luciene da Cruz Fernandes (ICS / UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Nildo Manoel da Silva Ribeiro (ICS / UFBA)

RESUMO: Não é novidade que as mulheres têm cada vez mais participado da economia formal, mas infelizmente continuam com pouca participação nos espaços de poder. As disparidades entre a população e as representações nestes espaços não são apenas em relação ao gênero. Questões como etnia, raça e sexualidade também são determinantes no que diz respeito à ocupação desses lugares e às decisões políticas. Assim, entende-se que estas questões atuam de modo conjugado, estabelecendo diversas formas de reprodução das desigualdades, o que evidencia por sua vez a complexidade da sociedade. O conceito da sobreposição e não hierarquização das opressões foi denominado por feministas negras como "interseccionalidade", que visa compreender de que maneira o racismo, a discriminação de classe e o machismo/sexismo atuam em qualquer parte do mundo. Nesse contexto, as questões do pluralismo e da diversidade são fundamentais na forma como pensamos o que Lafer (1997) relatou sobre o que Hannah Arendt chama de "direito a ter direitos", ou seja, o anúncio do projeto de um sujeito que se insere na esfera pública em uma sociedade marcada pela disputa e pelo conflito. As múltiplas necessidades ligadas às lutas individuais ou de grupos específicos se manifestam no plano político como múltiplas pautas e reivindicações, e a análise desse quadro deve levar em conta os pontos de interseção formados pelo cruzamento dessas pautas. Sendo a luta por direitos, não há divergências nem divisões, há soma de forças. Portanto, a interseccionalidade

lidade nos ajuda a entender que a luta deve ser feita em todos os espaços políticos e culturais, incluindo o movimento docente, com o objetivo de elaborar um modelo civilizatório que leve em conta as diferenças entre gênero, raça, sexualidade, etc., sem que essas diferenças se manifestem na forma de desigualdade econômica ou no acesso aos espaços de poder, superando o padrão moderno e colonial que associou a determinados grupos posições e funções correspondentes em uma estrutura organizada hierarquicamente. Cabe a APUB enfrentar o desafio de discutir e combater, a partir de ações determinadas, as desigualdades em todas as suas esferas de elaboração e deliberação. É preciso assumir este papel na busca pela superação das opressões dentro do projeto de universidade pública, gratuita, inclusiva, laica e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; docência; poder

## 8 – CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA EM DIREITOS HUMANOS

AUTOR/A PRINCIPAL: Leopoldina Cachoeira Menezes (Matemática/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Angela Ernestina Cardoso de Brito (Instituto de Psicologia/UFBA)

RESUMO: É do conhecimento de todos que atitudes de violência e assédio assolam as Universidades brasileiras. Na UFBA, por exemplo, essas atitudes, conforme dados da Ouvidoria, partem muitas vezes de professores contra colegas, alunos e pessoal técnico-administrativo; de alunos contra colegas, professores e funcionários; e também de funcionários contra colegas, alunos e professores. A partir dessa situação, a Profa. Iole Vanin – Coordenadora de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade na UFBA, criou, em 2015, um curso de formação de Direitos Humanos dirigido para o pessoal técnico-administrativo com o objetivo de sensibilizar esse universo para discutir questões de gênero, raça e sexualidade. Com uma carga horária de 100 horas, o Curso já realizou 3 turmas. Pensando na importância dessa capacitação e a partir do alto índice de queixas na Ouvidoria contra professores, consideramos de relevância que esse trabalho seja entendido ao âmbito docente.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; assédio; diversidade; raça e etnias; gênero



## GT Educação, Ação Política e Democracia

Coordenação: Uilma Matos (Faced/UFBA) e Lúcio Vieira (ADUFRGRS Sindical)

### 1 - ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM VISITA GUIADA À UNIVERSIDADE

AUTOR/A PRINCIPAL: Marta Lícia Teles Brito de Jesus (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Rosa Helena Teixeira (Faced/UFBA)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a articulação entre uma atividade realizada com jovens de origem popular, no âmbito do projeto de extensão: “Incentivo ao ingresso de estudantes de escolas públicas no ensino superior público” e o conceito de território, de Milton Santos. Para tanto, discute-se uma visita guiada à Universidade Federal da Bahia com estudantes de Ensino Médio de Escolas Estaduais de Salvador, que desejam ingressar no ensino superior público, após a conclusão da Educação Básica. A metodologia do trabalho é inspirada nos pressupostos da etnometodologia, os dados colhidos são frutos de observação-participante e foram registrados em diários de pesquisa. Como resultado, afirma-se ser fundamental o contato dos estudantes de Ensino Médio com o território da universidade, enquanto uma experiência formativa capaz de diminuir as rupturas simultâneas na passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: escola pública; ensino superior; território; extensão

### 2 - ITINERÂNCIAS FORMATIVAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL

AUTOR/A PRINCIPAL: Uilma Rodrigues de Matos (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Rejane Alves (Faced/UFBA); Gilvanice Musial (Faced/UFBA)

RESUMO: Diante da falta de políticas de formação de professores para o campo da educação de jovens e adultos, o presente projeto pretende registrar os percursos formativos e as estratégias utilizados por professores de educação básica, quando são instados a assumir uma classe de EJA durante sua trajetória profissional docente, mesmo sem ter recebido formação específica conforme prescreve os preceitos legais. A pesquisa tem abordagem qualitativa e serão sujeitos os professores em formação na Faced do curso de Licenciatura em pedagogia. Serão realizadas entrevistas e aplicados grupos focais e escuta sensível baseados em Renér Barbier (2003) As primeiras apreensões da pesquisa apontam para uma variedade de situações que vão desde as experiências exitosas a situações de total falta de condições concretas do docente, por nunca ter tido oportunidade formativa para tal.

PALAVRAS-CHAVE: inadequação pedagógica; formação; docente; EJA

### **3 - A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACED/UFBA**

AUTOR/A PRINCIPAL: Uilma Rodrigues de Matos (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Caíque Vasconcelos (Faced/UFBA)

RESUMO: A lei principal da Educação brasileira determina que a formação para o exercício do professor universitário se efetive, prioritariamente, em nível de pós-graduação, em programas de mestrado e doutorado (LDB, Art. 66, 1996). Entendendo que, os programas de pós-graduação, em sua maioria, apresentam um caráter específico, visto que focam os estudos nas pesquisas, torna-se uma questão investigar como tem se dado a formação inicial para a docência do Ensino Superior. Diante da especificidade das pós-graduações. O presente estudo pretende investigar a formação inicial para o exercício do magistério superior. O campo de investigação toma como locus o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, busca-se re-conhecer os sentidos e significados atribuídos a constituição dos saberes docentes pedagógicos e da formação docente para o Ensino Superior. Toma-se como base metodológica a pesquisa qualitativa de cunho investigativo, amparada na pesquisa bibliográfica analítica crítica de estudiosos da área, ampliada pela escuta dos atores envolvidos (pós-graduandos) no processo da pesquisa e sua análise. Com isso, pretende-se analisar, identificar e compreender o percurso formativo de pós-graduandos enquanto futuros profissionais da educação, procurando entender a dimensão dos processos de formação e a sua compreensão no dispositivo do "ser" professor universitário.

PALAVRAS-CHAVE: formação de professores

### **4 - A FORMAÇÃO DOCENTE DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFBA**

AUTOR/A PRINCIPAL: Erika Silva Chaves (UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Renata Meira Veras; Daiane da Luz Silva

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo analisar a formação docente nos cursos de licenciatura da UFBA. A partir de uma pesquisa exploratória do tipo documental, foram analisadas 1.355 ementas de componentes curriculares obrigatórios distribuídos nos 38 currículos de cursos de licenciatura da UFBA, no turno diurno, no período de abril/maio de 2018. Os resultados apontaram que com relação aos componentes que contemplam didáticas e metodologia do ensino, cujos objetivos estão voltados para formação docente, os cursos diurno que apresentaram expressiva carga horária foram o de Pedagogia (76,5%), seguido de Ciências Naturais (36,3%), Teatro (33,6%) e Educação Física (32,5%). O curso que apresentou menor carga horária nesse grupo foi o de Letras (7,6%). A formação de professores se constitui como um dos elementos decisivos para melhoria do sistema educacional, uma vez que a visão de profissionalismo docente subjaz a um determinado programa de formação, tanto no seu conteúdo, como na forma como está organizado.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciatura; Universidade; Formação Docente

### **5 - A ANFOPE NO CONTEXTO DE (CONTRA) REFORMAS E RESISTÊNCIA**

AUTOR/A PRINCIPAL: Alessandra Assis (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Raquel Rodrigues (UEFS)

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir as contribuições da Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE, no atual contexto de crise política e econômica com reflexos na



educação. Essa entidade tem defendido, historicamente, a valorização da formação docente como eixo de mudanças na educação, estando alinhada com as forças democráticas e populares em ações importantes, a exemplo das conferências nacionais de educação. Ressaltaremos, os princípios elaborados ao longo da consolidação de sua posição acerca da identidade profissional baseado na docência e os princípios comuns à formação visando a qualidade socialmente referenciada da educação. Discutiremos também o plano de lutas estabelecido no XIX Encontro Nacional da ANFOPE, realizado em Niterói/RJ em agosto de 2018, o documento orientador da organização da entidade nos níveis regionais, estaduais e institucionais e, por fim, seu posicionamento diante do desmonte da política nacional de formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: ANFOPE; formação de profissionais da educação; política de valorização do magistério

## **6 - PL 7.180/14 E APENSADOS: UM ATAQUE CONTRA A EDUCAÇÃO E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

AUTOR/A PRINCIPAL: Sandra Maria Marinho Siqueira (Faced/UFBA)

RESUMO: O Projeto de Lei 7.180/2014, com os projetos de lei apensados, do deputado federal Erivelton Santana, representa as ideias e posições do movimento “Escola sem Partido” e está ligado a um conjunto de entidades e parlamentares conservadores, que pretendem alterar a legislação federal, em particular o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, para incluir entre os princípios do ensino “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. O projeto foi colocado duas vezes em pauta este ano, mas a reunião acabou suspensa, mas poderá ser colocado em debate e votação novamente a qualquer momento. No Brasil, o movimento “Escola sem Partido” tem apresentado uma série de projetos de lei nos municípios, Estados e nacionalmente, visando proibir ou restringir o debate e estudos sobre as questões de gênero e diversidade sexual, além de coibir o uso de materiais didáticos sobre estes temas. Mas a “Escola da Mordada” também tem orientado as suas ações, protestos e processos administrativos e judiciais contra docentes de várias universidades do país que estudam e expressão opiniões críticas em várias áreas do conhecimento, em especial, professores e professoras ligadas ao referencial marxista. Em nível nacional, conformou-se uma Frente Nacional Escola sem Mordada e, na Bahia, a Frente Baiana Escola sem Mordada, que atual, junto com outras frentes, coletivos, entidades, sindicatos e ativistas do movimento social para denunciar o caráter autoritário e opressor do movimento Escola sem Partido, ao mesmo tempo em que organizam ações para defender as liberdades democráticas e de ensino nas escolas e universidades. O trabalho pretende debater, com base na literatura existente e a experiência política, o caráter desse movimento e seus impactos no trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: escola livre; democrática; laica

## GT Universidade, Cultura e Democracia + Autonomia e Judicialização da Vida Universitária

Coordenação: Emanuel Lins Freire (Direito/UFBA) e Albino Rubim (IHAC/UFBA)

### 1 - IMPLEMENTAR A LEI DE COTAS RACIAIS NA UFBA!

AUTOR/A PRINCIPAL: Rodrigo da Silva Pereira (Faced/UFBA)

RESUMO: Considerando que as IFES tem apresentado inúmeras barreiras para efetiva aplicação da Lei nº 12.990/2014, sobretudo, com a estratégia de fragmentação dos concursos por disciplina e/ou áreas o que, na prática, inviabiliza as cotas para negros e negras; Considerando que algumas IFES tem buscado implementar a Lei de variadas maneiras a exemplo da UFGD que garante as vagas para cotas por meio de sorteios entre o conjunto de vagas disponíveis em edital, independente da divisão por disciplinas e/ou áreas, mostrando que é possível construir alternativas que viabilizem; Considerando que é preciso avançar no combate ao racismo institucional nas IFES e implementar, efetivamente, a política de reparação histórica-social em relação ao povo negro; Considerando que a luta pela diminuição das desigualdades sócio-raciais incorpora também a luta dos povos indígenas e quilombolas e que esses também lutam por reparações históricas e pelo acesso à carreira docente nas IFES;

Defendo que seja aprovado neste congresso

- A realização, pela APUB em negociação com a reitoria, de levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas na UFBA;
- Com os dados levantados, publicar informativo especial e realizar seminário sobre a temática.
- Defender a efetiva implementação da Lei de Cotas na UFBA pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negros e negras na carreira do magistério superior.
- Deliberar sobre cotas de, no mínimo, 30% para negros e negras nas instâncias de direção da APUB.

PALAVRAS-CHAVE: cotas raciais; Lei 12990/2014; UFBA

### 2 - O DESAFIO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E NA BAHIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Maria Couto Cunha (Faced/UFBA)

RESUMO: A EC 59/09 estabeleceu a obrigatoriedade da educação básica, focalizando a população de 4 a 17 anos como o público desse nível de educação, fixando 2016 como prazo para a sua efetivação. O PNE 2014 estabeleceu nas três primeiras metas o cumprimento desse dispositivo. Pelo INEP, no País, há uma evolução da cobertura pré-escolar da população de 4 a 5 anos, embora a universalização não tenha sido alcançada, chegando a 91,5% em 2017. A Bahia atendeu, em 2016, a 93,7%. No entanto, pelos dados da SEI/Bahia, apenas nove municípios, dos 417, atenderam 90% ou mais das crianças desta faixa, em 2015. Quase um terço, 31,2% dos municípios, nem chegava a 60%. Quanto à população de 6 a 14 anos, o Brasil alcançou 97,8% em 2017 e a Bahia 97,2. Entretanto constata-se que somente 22,5% (94) dos municípios estavam próximos de universalizar o Ensino Fundamental. Quanto à população de 15 a 17 anos, a cobertura no Brasil foi de 91,3% em 2017. Cerca de 900 mil adolescentes estavam fora da escola. A Bahia alcançou 91,1% nesse ano. Mas 77.120 adolescentes nessa faixa não frequentaram a escola. Os dados, considerando os municípios baianos evidenciam que apenas 54 deles em 2015 atenderam a essa população na proporção de 95% ou mais. Os dados demonstram a necessidade de estabelecer políticas públicas para cumprir



as metas fixadas no PNE, de modo a assegurar a garantia do direito à educação obrigatória.

PALAVRAS-CHAVE: EC59/09; PNE; educação obrigatória; universalização do atendimento

### 3 - DANÇA-FÓRUM E DANÇA-IMAGEM - AÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRÁTICAS NA EDUCAÇÃO EM DANÇA

AUTOR/A PRINCIPAL: Lenira Peral Rengel (Escola de Dança/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva (Escola de Dança/UFBA)

RESUMO: Um processo de emancipação deve começar no corpo, junto ao contexto, político, social, histórico, pessoal. Deste modo, o corpo, a pessoa que dança e a Dança devem se reconhecer na dinâmica da história e como ação cognitiva, em processo constante de apreensão, percepção, com análise e reflexão crítica do ambiente. Portanto, corpo e Dança não são reflexo da ordem social, mas também inserção nesta. Um corpo branco, longilíneo, inacessível, distante dos fenômenos terrenos, eurocêntrico como os dos balés de repertório, por exemplo, replicam uma naturalização de distinção da raça humana entre quem possui espírito e quem possui corpo (SOUZA 2017). O sociólogo aponta a distinção entre espírito e corpo fundamental como pressuposto das origens das desigualdades sociais, O espírito seria a disciplina, a virtude, caminho para a salvação e o corpo o lugar de paixões incontrolláveis, o desejo, a loucura. Essa "ideia-força" de separação espírito (mente) e corpo é eficaz para gumes mortais que separam classes sociais, pessoas, raças, danças. A dança-fórum e dança-imagem são referenciadas nas metodologias do Teatro do Oprimido de Augusto Boal (1979). Elas expõem espacialidades e temporalidades em ações democráticas. As espacialidades são ambiências, contextualizações que se criam, a partir de concepções diversas (SANTOS, 2012 e FERRARA, 2007). Ambas, temporalidade e espacialidade demonstram visibilidades e invisibilidades, linhas abissais ou ecologias de saberes (SANTOS 2010). Ana Paula Meneses (2016) nos fala de "um desafio cognitivo". Ela argumenta como o tempo e o espaço foram/são colonizados e como isso afeta "definições do ser e dos seus sentidos".

PALAVRAS-CHAVE: dança-fórum; dança imagem; ações políticas; democracia

### 4 - CONCEITOS TENSOS E IMPLICADOS NA TEORIA DA COMPLEXIDADE: UNIVERSIDADE, CULTURA E DEMOCRACIA

AUTOR/A PRINCIPAL: José Wellington Marinho de Aragão (Faced/UFBA)

RESUMO: Democracia e cultura são, além de almas gêmeas que não podem funcionar separadas, ambiente e circunstâncias imprescindíveis para a Universidade enquanto espaço de convívio do pensar e do fazer, melhor seria dizer, de exercitar o pensamento, as práticas reflexivas, nos atos do ensino, da pesquisa e da extensão, na diversidade e na multirreferencialidade. A Universidade em suas múltiplas práticas deve sempre refletir, criticar e propor o debate acerca das transformações vivenciadas pela sociedade e pelo

Estado na contemporaneidade. A Universidade é laboratório, locus por excelência dessas práticas diversas no campo das interrogações sobre os diversos tipos de saber, no ato de conhecer. Só assim ela faz Cultura comprometida com a sociedade. Para fazer cultura comprometida socialmente a Universidade precisa gozar de liberdade num ambiente de exercício pleno das práticas democráticas intra e extramuros. Não deveria haver Universidade, Cultura e Democracia apartadas do modo de ser do Povo. Do contrário, estamos diante de uma Universidade isolada em si mesma, metida com ela própria e assim engajada em propósitos que não os do interesse geral da sociedade onde ela está inserida e da qual se alimenta. Universidade socialmente comprometida é aquela que resulta da convivência democrática efetiva com o diverso, com o diferente, numa relação implicante, tensa, buscando produzir criticamente o novo e debater o desconhecido em todas as áreas do saber. Gerando frutos acessíveis a todos os habitantes da sociedade onde ela está inserida. E tudo isto também é Cultura, é conhecimento, que vem e volta em benefício geral da população.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da complexidade; diversidade; universidade; cultura; democracia.

## **5 - O GOLPE DE 2016: EXPRESSÕES DO ESTADO DE EXCEÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

AUTOR/A PRINCIPAL: Jaildo Calda dos Santos Vilas Bôas Junior (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Eliabe Figueredo de Oliveira (Faced/UFBA); Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA)

RESUMO: Na América Latina, a partir do século XXI, houve uma ascensão de governos progressistas. Concomitantemente a esse fato, as formas bancárias e creditícias predominam, marcada pelo aumento da desigualdade social que, segundo Piketty (2013), vem se aprofundando. A concentração de riqueza pela classe dominante aumentou significativamente no século XXI. Segundo Marx (2013), a tendência da redução na taxa de lucro de grandes grupos imperialistas é o fato determinante da intervenção na economia que gera desigualdades sociais. Para manter taxas de lucros, os grandes grupos econômicos intervêm nos Estados. Aplicam golpes de Estados como foi o caso de Honduras (2009), Brasil (2016) e Paraguai (2017). O judiciário, mídia, parlamento burguês assumem o protagonismo através de instalação de Estados de Exceção (VALIM, 2017). A maior expressão do Estado de Exceção é a prisão de Lula. Na vida universitária dois fatos são expressivos: o suicídio do ex Reitor da UFSC; b) O processo do Ministro da Educação para apurar suposto ato de improbidade administrativa do professor Luiz Felipe Miguel, UNB, que ofertou a disciplina sobre o golpe de 2016. Dezenas de universidades, em solidariedade ao professor, ofertaram disciplina semelhante. A autonomia universitária, instituída pela Constituição de 1988, dão lugar a judicialização da vida universitária. Nesse contexto é fundamental a retomada da democracia, que perpassa pela liberdade de Lula e refundação das instituições do Estado através da constituinte popular.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 2016; estado de exceção; judicialização; vida universitária.

## **6 - PROFESSORES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE E DE UM PROJETO NACIONAL**

AUTOR/A PRINCIPAL: Joviniano Neto (FFCH/UFBA)

RESUMO: O trabalho parte da identificação especial dos professores com a Universidade, denuncia os ataques à autonomia da universidade e enfatiza a contribuição dos professores, em vários campos sociais, para denunciar a política em curso e propor ações em favor da democracia e de um projeto nacional.

PALAVRAS-CHAVE: autonomia universitária; democracia; projeto nacional



**Dia 24 de agosto**

## **GT Educação, Ação Política e Democracia (2)**

**Coordenação: Eduardo Rolim (ADUFGRS Sindical) e Marta Lícia Teles (Faced/UFBA)**

### **1 - FAZER O BALANÇO DA FILIAÇÃO AO PROIFES**

**AUTOR/A PRINCIPAL:** Rodrigo da Silva Pereira (Faced/UFBA)

**AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS:** Máira Kubik (NEIM/UFBA)

**RESUMO:** Nosso sindicato se filiou ao PROIFES há cerca de dez anos. Temos acompanhado de perto as movimentações da categoria acerca dessa entidade e também do ANDES-Sindicato Nacional. Os enfrentamentos ao governo golpista de Temer têm demonstrado que só a unidade do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras pode combater os retrocessos desse governo e da conjuntura que passamos e vamos vivenciar como, por exemplo, os efeitos da EC95. Diante disso, consideramos ser produtivo a abertura do debate acerca do balanço da filiação de nosso sindicato à uma Federação que consideramos estar aquém dos desafios que estão colocados aos trabalhadores e às trabalhadoras e, sobretudo, aos e às docentes das IFES. Além disso, é fundamental que nossa ação política também se pautar pela discussão da força que é necessária para discussão da carreira docente. O último acordo assinado pelo PROIFES prejudica, sobretudo, os docentes em início de carreira e constrói “steps” que, na realidade, despotencializa a atratividade para ingresso na docência. Outro ponto a ser considerado: atualmente, os docentes que vislumbram uma aposentadoria integral são induzidos à adesão ao FUNPESP. Um fundo privado comprometido com o capital financeiro e suas instabilidades. Sabemos quanto vamos pagar mensalmente, mas não sabemos quanto receberemos na aposentadoria. É preciso que nosso sindicato se pautar pela defesa do direito da aposentadoria integral dos e das docentes e não pelo adesismo ao Fundo.

Entendemos que a APUB precisa realizar seminários de balanço sobre a filiação ao PROIFES e suas implicações.

**PALAVRAS-CHAVE:** PROIFES; Apub; sindicato

## 2 - AS GREVES NAS UNIVERSIDADES: 1980 A 2015

AUTOR/A PRINCIPAL: José Roque Mota Carvalho (DQO/Instituto de Química/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Edilson Moradillo (DQGI/Instituto de Química/UFBA); HÉLIO OLIVEIRA PIMENTEL (DQGI/Instituto de Química/UFBA)

RESUMO: Neste trabalho, os autores pretendem apresentar uma visão geral das greves ocorridas nas universidades federais brasileira, no período compreendido entre os anos de 1980 e 2015. Serão citados: 1. As datas em que ocorreram as greves. 2. os dias de paralisações durante as greves. 3. As REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES. 4. Os RESULTADOS obtidos pelo MOVIMENTO GREVISTA. 5. Ênfase para a última Greve em 2015. 6. O questionamento? Como anda ou não o movimento político dentro das Universidades Federais/ Mobilização ou Desmobilização. Eis a questão.

PALAVRAS-CHAVE: greve; mobilização; universidade.

## 3 - EDUCAÇÃO DO CAMPO É DIREITO E NÃO ESMOLA: FECHAMENTO DE ESCOLAS NA BAHIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Jaildo Calda dos Santos Vilas Bôas Júnior (Faced/UFBA); Barbara Domingues de Oliveira; Carolina Maia Cardoso Campos; Cecilia Moraes de Almeida; Fernanda Torinho Caldas; Jaildo Caldas dos Santos Vilas Boas Junior; Lizandro de Oliveira Amorim; Leticia de Oliveira Menezes; Maira Neves Lomanto; Nalessa Paraizo dos Santos; Natanna Magalhães Pereira; Paula Suzane Pereira da Silva; Sicleide Gonçalves Queiroz

RESUMO: Somos professores e estudantes da ACC EDC 456 – Ações Curriculares em Áreas de Reforma Agrária e nos perguntamos sobre fechamento de escolas do campo. Dados do Senso Escolar/INEP demonstram o grande número de escolas fechadas no Brasil são mais de 45 mil. A Bahia é um dos Estados que mais tem fechado escolas do campo. São mais de mil escolas. O que explica isto? Primeira explicação: o poder público não executa o previsto na Constituição Federal e o Plano Nacional de Educação. O exemplo disto é a aprovação da Emenda Constitucional 95/16 (EC DA MORTE), que limita investimentos públicos nos próximos 20 anos. Fechar Escolas no Campo é comprometer a soberania nacional, a democracia, o Estado de Direito e os direitos humanos. FECHAR ESCOLAS NO CAMPO É UM CRIME CONTRA A HUMANIDADE. A segunda ordem de interesses são os advindos do modelo de desenvolvimento para o campo baseado no agronegócio, latifúndio, monocultura, uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos. Por isto fechar Escolas do Campo é contribuir com o extermínio dos jovens. A terceira ordem de problema diz respeito a capacidade de auto-organização das comunidades. Para tanto são fundamentais os organismos de luta da classe trabalhadora. O Direito à educação pública, laica, gratuita, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada no campo É DIREITO E NÃO ESMOLA e depende da luta da classe trabalhadora da cidade e do campo.

PALAVRAS-CHAVE: escolas do campo; educação do campo; fechamento escolas; escolas básicas; Bahia

## 4 - UNIDADE NA LUTA: CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES

AUTOR/A PRINCIPAL: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Marize Souza Carvalho (Faced/UFBA); Claudio Lira Santos Júnior (Faced/UFBA)



RESUMO: Os ajustes estruturais aplicados pelos países imperialistas e suas agências econômicas, com apoio de parte do executivo, legislativo, judiciário, mídia, empresários, latifundiários e igrejas de diferentes credos, tem destruído direitos e conquistas da Classe Trabalhadora, rasgado constituições e provocado guerras e a derrocada dos serviços públicos. O documento intitulado “Um ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do gasto Público no Brasil”, lançado em novembro de 2017 no Brasil, demonstra a orientação para aplicação de ajustes a favor do setor rentista da economia. Quais as consequências disto tudo no Brasil? MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DE DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA, DA EDUCAÇÃO, DA UNIVERSIDADE, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Terceirização (Lei 13.429/2017); A Reforma trabalhista (Lei 13.467/2017, início da vigência 11/11/2017, Medida provisória 808/2017 que altera a CLT. entrega do patrimônio nacional – petróleo, minas, águas, hidroelétricas, e demais empresas públicas – para empresas estrangeiras a exemplo da Lei 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobrás na exploração do petróleo, camada pré-sal, (José Serra PSDB); contrarreforma previdência (PEC 287/2016), que atinge a seguridade social – saúde, assistência e previdência. MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: Proposta Emenda à Constituição - PEC 241/2016 aprovada como EC 95/16, (Ajuste Fiscal segundo os golpistas, EC da Morte segundo os trabalhadores), que instituiu teto de gastos e entrega os serviços públicos aos capitalistas ultraliberais durante 20 anos. O QUE FAZER? UNIDADE NA LUTA. NA DEFESA DA DEMOCRACIA. CONTRA GOLPISTAS. LULA LIVRE. LULA INOCENTE. LULA PRESIDENTE!

PALAVRAS-CHAVE: direitos trabalhistas; Lula Livre; PEC 95/16

## 5 - EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

AUTOR/A PRINCIPAL: Marize Souza Carvalho (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Claudio Lira Santos Júnior (Faced/UFBA); Alessandra Assis (Faced/UFBA); Alvanita Almeida Santos (Letraqs/UFBA); Ivan Maia (IHAC/UFBA); Jailson Alves dos Santos (Química/UFBA); Nair Casagrande (Faced/UFBA); Roberto Colavolpe (Faced/UFBA)

RESUMO: O Golpe de 2016 aplica ajuste fiscal, corta verbas, não reajusta salários, não melhora condições de trabalho e induz caminho à privatização. A forma policialesca, midiática, espetacularizada, como foram abordadas as universidades demonstra o autoritarismo que compromete a autonomia das universidades. A famigerada Reforma do Ensino Médio (Medida provisória 746/2016, sancionado na forma de Projeto de Lei de Conversão-PLV 34/2016), destituição do Fórum Nacional de Educação (FNE), aparelhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), não realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e metas do PNE, aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), cortes nos recursos das universidades, que impactam avanços no ensino, pesquisa, extensão, investimentos em expansão, conclusões e novas obras, assistência estudantil, concursos públicos, carreiras, salários, condições de trabalho, são medidas já implementadas e que delimitam um aparato legal autoritário que necessita ser derrubado. O que cabe ao sindicalismo? O ANDES-SN com sua base de 135 seções sindicais, 69.000 sindicalizados, aproximadamente, o PROIFES, com seis seções sindicais e, aproximadamente, 17.000 sindicalizados devem se unir na luta com os Fóruns, Comitês e Frentes, com as entidades científicas ANPED, ANFOPE, CEDE, ABdC, com as entidades sindicais – CUT, CTB, CONTEE, CNTE, Movimentos Populares Frentes, Brasil Popular, Povo Sem Medo, MST, MTST, Movimento Ciência sem Corte, Fórum Nacional Popular de Educação, contribuindo com a luta econômica, ideológica e política, para barrar e reverter as contra

reformas de Michel Temer. EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DA SOBERANIA, DA DEMOCRACIA, CONTRA O GOLPE. LULA LIVRE.

PALAVRAS-CHAVE: educação; trabalho; universidade

## 6 - A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DA BAHIA DE 2008 A 2016

AUTOR/A PRINCIPAL: Ruy José Braga Duarte (Uneb)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Marize Souza Carvalho (Faced/UFBA); Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA)

RESUMO: Esta pesquisa, se encontra em andamento, e é um recorte da Tese de doutorado, como objetivo principal, analisar a política de educação profissional e seus nexos e relações entre Trabalho, cultura e conhecimento na formação dos estudantes egressos da rede pública estadual de educação profissional do Estado da Bahia no período de 2008 a 2016. A construção da política de formação dos trabalhadores no Brasil sempre esteve pautada no processo econômico, sobrepondo aos processos sociais indispensáveis para a manutenção da vida do ser humano. A Bahia, a partir de 2007, implantou algumas políticas de educação, possibilitando o acesso aos trabalhadores destacando a Educação Profissional. Assim, algumas questões norteia a pesquisa, como, a quem interessa a formação profissional na escola pública estadual da Bahia? Como está organizada a educação profissional pública da Bahia, a fim de atender as demandas dos trabalhadores? Portanto, defendemos a Tese que a Bahia experimentou no período de 2008 a 2016 uma proposta de Educação Profissional fruto das lutas concretas e organizadas dos trabalhadores em pôr fim ao limite da exploração capitalista, porém a partir de 2016, resultado da crise estrutural e guinada das forças conservadoras no poder no Brasil mediante um golpe parlamentar, jurídico e midiático, passa a refletir uma inversão metodológica no trato da relação trabalho e educação em termos teóricos e práticos, o qual não anula os avanços pedagógicos experimentados, mas se constitui como possibilidade de uma educação emancipatória para elevar a cultura e práxis política no enfrentamento da educação para além do capital.

PALAVRAS-CHAVE: educação; educação profissional; ação política

## 7- OS VALORES HUMANOS SEGUNDO A NEUROCIÊNCIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Lilia Carolina Carneiro da Costa (Instituto de Matemática e Estatística/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Tainah de Araújo Santos (Instituto de Psicologia/UFBA)

RESUMO: O Programa de Educação em Valores Humanos (PEVH) tem o objetivo de desenvolver no educando todos os componentes necessários para a realização de uma educação fundamentada em Valores Humanos, contribuindo assim para a formação do seu caráter. Este trabalho traz uma investigação da abordagem teórica do PEVH baseado na neurociência, cujo suporte é a pesquisa bibliográfica através de referências em Sacred & Secular Education in Human Values England Institution, e outras fontes nacionais e internacionais. O material do PEVH se baseia em cinco componentes de ensino, a saber: citação/poema/tema da semana; sentado em silêncio/visualização dirigida; contando história; música; e atividades em grupo. Assim, as crianças aprendem a desenvolver os valores universais considerados inerentes (Verdade, Amor, Não-Violência, Paz e Conduta Correta) através das lições orientadas por esses cinco componentes de ensino. A estratégia sentado em silêncio é um tipo de meditação passiva adaptada, na qual a pessoa realiza sentada e em silêncio. É também um exercício de visualização que pode ser usado individualmente ou, em conjunto com todos os alunos, antes de começarem as aulas. Como todo exercício de relaxamento e concentração, sentado em silêncio é uma forma importante de reduzir o estresse, tanto para as crianças quanto para os professores. Através da meditação é possível treinar



habilidades cognitivas, como a atenção. A meditação também tem um efeito neuroendócrino modulador do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, podendo isso ser verificado através de intervenções realizadas em pacientes. Outros estudos comprovam a redução de sintomas como transtorno de ansiedade generalizada e transtorno de pânico, com e sem agorafobia. A prática continuada da meditação possibilita transformar estados em traços, que atuam inclusive, sobre a personalidade. Estudos comprovam também que em comparação ao grupo controle os meditadores experientes apresentam menor neuroticismo. Alunos e professores que passam por este tipo de intervenção, denominada também de Mindfulness adaptada para o ambiente escolar, podem desenvolver melhores indicadores gerais de bem-estar e autocuidado, performance cognitiva, além de redução de estresse e de sintomas físicos de dor, desconforto e cansaço.

PALAVRAS-CHAVE: valores humanos; neurociência; sentado em silêncio

## **8 – ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DESEMPENHO ACADÊMICO ATRAVÉS DAS REDES BAYESIANAS**

AUTOR/A PRINCIPAL: Beatriz Schindler

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Lília Costa; Anderson Ara

RESUMO: O objetivo de desenvolver os computadores até capacitá-los a realizar tarefas como máquinas pensantes criou a ciência conhecida como Inteligência Artificial, com origem na década de 40. Uma das técnicas que surgiu uma grande contribuição para essa área é a Rede Bayesiana que possibilita a resolução do problema com base no conhecimento de situações que já aconteceram, assim como um humano consideraria suas experiências passadas para tomar decisões em problemas atuais. Esta técnica também possibilita a visualização gráfica de dependências/independências condicionais, e é embasada em teorias dos grafos e teorias de probabilidade, em destaque, probabilidades condicionais. Conceitos fundamentais e aplicações são discutidas e implementadas neste trabalho através da análise de dados educacionais reais contínuos e discretos. Os dados utilizados são provenientes de um estudo com estudantes na UFBA ingressantes no ano de 2012. Foi possível verificar que as relações de dependência entre variáveis sobre o desempenho do aluno na universidade e variáveis socioeconômicas alteram-se para diferentes áreas do conhecimento. Para os alunos ingressantes no BI, a probabilidade de ter evadido é maior para os homens do que para as mulheres. Ainda para o BI, os cotistas têm probabilidade nula de estarem contidos no grupo dos 25% dos alunos com maior score padronizado no vestibular e probabilidade 68.75% de estarem contidos entre os 25% dos alunos com menor score. Para as áreas I e II, o sexo tem relação indireta com a situação do aluno (evadido, graduado ou retido) através do Coeficiente de Rendimento. Para as áreas I, II e III, existe relação entre as cotas ou a origem (pública ou privada) do aluno com o score no vestibular, mas não existe relação com variáveis referentes ao desempenho do aluno dentro da universidade. Para as áreas III e IV, a situação do aluno é influenciada apenas pelo CR. Já na área V, o sexo influencia diretamente a situação do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Redes Bayesianas; educação; interdependências.

## GT Ciência e Tecnologia

Coordenação: Enio Pontes (ADUFC Sindicato) e Ana Lúcia Góes (ICS/UFBA)

### 1 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SOBERANIA

AUTOR/A PRINCIPAL: Claudio Lira Santos Júnior (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Marize Souza Carvalho (Faced/UFBA)

RESUMO: A DESTRUIÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL AMEAÇA A SOBERANIA NACIONAL. O QUE FAZER? As medidas de destruição do sistema de Ciência e Tecnologia, a começar pela incorporação ao Ministério de Ciência e Tecnologia, de uma área que não lhe é característica, passando de MC&T para MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação), desmantelamento de instituições de pesquisa, de projetos e de programas de longo alcance, corte nas bolsas, nos recursos de infraestrutura para pesquisa, cortes no orçamento geral da ciência e tecnologia o que motivou um movimento nacional de defesa da área de CT&I, "Ciência sem Cortes". O que cabe ao sindicalismo independente, autônomo, classista, de luta, realizar nesta conjuntura? Observando o ANDES-SN com sua base de 135 seções sindicais e 69.000 sindicalizados, aproximadamente, o PROIFES, com suas seis seções sindicais e, aproximadamente, 17.000 sindicalizados, propomos a luta unificada com Fóruns, Comitês, Frentes de luta, com as entidades científicas – ANPED, ANFOPE, CEDE, ABdC, com as entidades sindicais – CUT, CTB, CON-TEE, CNTE, e Movimentos Populares de Luta Social – Frentes, Brasil Popular, Povo sem Medo, MST, MTST, em Movimentos como Ciência sem Corte, Fórum Nacional Popular de Educação, para barrar as reformas e derrubar os entulhos autoritários aprovados pelo governo golpista de Michel Temer, em especial na área da Ciência e Tecnologia.

FORA TEMER – NENHUM DIREITO A MENOS – SEM CORTES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. EM DEFESA DA SOBERANIA, DA DEMOCRACIA, CONTRA O GOLPE. LULA LIVRE. LULA INOCENTE. LULA PRESIDENTE!

PALAVRAS-CHAVE: ciência e tecnologia; soberania; sindicalismo

### 2- INSTITUTOS FEDERAIS DA BAHIA E BAIANO: CONQUISTA DO POVO E DEVER DO ESTADO MANTER E EXPANDIR

AUTOR/A PRINCIPAL: Sidnéia Flores Luz (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Marize Souza Carvalho (Faced/UFBA)

RESUMO: Não podemos deixar destruir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que foi criada pela Lei nº 11.892, 29 dezembro 2008, para democratizar a educação pública de qualidade. Compõe a Rede os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, majoritariamente compostos por antigas Escolas Técnicas Federal. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas. Entre 2003 e 2016, foram mais de 500 unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. As conquistas na Educação na Bahia, a partir de 2003, são enormes. De uma universidade Federal (UFBA), passamos para seis UFOB, UFRB, UFSB, UNILAB, UNIVASF. Somam-se as quatro Universidades Estaduais – UEFS, UNEB, UESC, UESB -, com seus campi. Outro destaque são os Institutos Federais de Ensino Superior Tecnológico, na Bahia. O Instituto Federal da Bahia com seus 18 campi. O Instituto Federal Baiano com seus 8 campi, somando 26 Campis na Bahia. Este patrimônio não pode ser destruído. Com cortes orçamentários fica comprometida o ensino, pesquisa,



extensão, gestão, assistência estudantil, infraestrutura, condições de trabalho, salários dos trabalhadores. Por isto reivindicamos a revogação da EC 95/16, que está sendo adotada pelos governos federal, estadual e por parte dos 417 municípios baianos. Este é um ajuste injusto. Pelo fim deste ajuste fiscal estrutural. Em defesa dos Institutos Federais reivindicamos unidade na luta. Revogação das medidas adotadas pelos Golpistas. Lula Livre. Lula Presidente com Constituinte.

PALAVRAS-CHAVE: ciência e tecnologia; educação profissional; Institutos Federais

### **3- FORMAÇÃO DE EDUCADORES NAS IES PÚBLICAS - AÇÃO ESTRATÉGICA DE INTERESSE DO MOVIMENTO DOCENTE**

AUTOR/A PRINCIPAL: Raquel Nery Bezerra (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Marta Lícia Teles Brito de Jesus (Faced/UFBA)

RESUMO: Pretende-se discutir o lugar ocupado pelas licenciaturas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e, conseqüentemente, o valor atribuído à formação inicial e continuada dos professores no contexto da educação superior. Parte-se do pressuposto de que, muito embora haja consenso sobre a importância da educação no interior de nossas instituições, existe uma contradição sobre o modo como atuamos nessa área, considerando a importância, as condições de trabalho, os currículos e o papel simbólico das licenciaturas. Através da proposição de que é preciso lutar pela articulação entre as universidades e a educação básica, aprofunda-se os desafios apresentados no manifesto da CONAPE/2018 no que diz respeito ao fortalecimento e a garantia da autonomia dos projetos de cursos de formação docente nas IES públicas. O objetivo da comunicação, portanto, é refletir sobre estratégias que visem envolver a categoria do magistério do ensino superior em ações que considerem a educação formal como um campo político fundamental na construção de um projeto de nação que busque a justiça, a equidade, o desenvolvimento científico e tecnológico e o bem de seu povo.

PALAVRAS-CHAVE: formação de professores; ensino superior; licenciaturas; CONAPE

### **4 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA – FATOR DE CONVERGÊNCIA E ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO**

AUTOR/A PRINCIPAL: Luciene da Cruz Fernandes (ICS / UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Nildo Manoel da Silva Ribeiro (ICS / UFBA); Joviniano Soares de Carvalho Neto (Aposentado); Raquel Nery Bezerra (Faced/UFBA)

RESUMO: A Apub teve um papel importante durante a luta contra o golpe em 2016, fazendo sua denúncia e participando junto com os demais trabalhadores da resistência democrática que iniciou desde então. Essa conjuntura trouxe novas dificuldades e reduziu drasticamente a possibilidade de conquistas de aumentos reais na remuneração (comprometendo avanço na carreira com promoções e progressões) e da expansão no quadro de servidores e serviços públicos. Tudo isso articulado com um projeto marcado pelo entreguismo e pela venda do patrimônio nacional, enfraquecendo o setor da indústria e fragilizando um projeto de

desenvolvimento nacional. O golpe rompeu com a relação construída nos anos anteriores, ainda que incipiente, entre a tecnologia e o desenvolvimento nacional.

A participação da APUB na campanha Conhecimento sem Cortes, junto com ADUFRJ, APUBH e ADUnB, uma campanha de mobilização social aberta e supra partidária promovida por professores universitários, cientistas, estudantes, pesquisadores e técnicos em oposição à redução dos investimentos federais nas áreas de ciência, tecnologia e humanidades e ao sucateamento das universidades públicas e dos institutos de pesquisa no Brasil foi um importante movimento na denúncia contra o desmonte da ciência e tecnologia brasileira. Levantamos ainda algumas considerações sobre a desejada “unidade na luta”. É sabido que a fragmentação da mobilização das forças populares foi um fator que pesou negativamente nas tramas políticas que culminaram no golpe, um período em que as separações e divergências se tornaram mais profundas. Desde então, dadas as ações do governo golpista, tem-se falado em contextos e lugares diferentes que apenas a reunificação dessas forças é capaz de realizar o devido enfrentamento da atual conjuntura, ainda que os posicionamentos e a fragmentação tendam a se manter.

Isto posto, compreendemos que o tema da ciência e tecnologia é suficientemente forte e capaz de sensibilizar e promover convergências.

**PALAVRAS-CHAVE:** ciência; tecnologia; mobilização



## GT Financiamento, expansão e condições de trabalho + Carreira e aposentadoria

Coordenação: Joviano Neto (FFCH/Aposentado) e Rutildes Fonseca (Faced/Aposentada)

### 1 - O DESMANTELAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DO GOLPE

AUTOR/A PRINCIPAL: Moisés Henrique Zeferino Alves (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Celi Nelza Zulke Taffarel (Faced/UFBA); Cláudio dos Santos Costa (Faced/UFBA)

RESUMO: De 2002 a 2014 a educação superior passou por um processo de expansão mediante políticas que atingiram tanto as universidades públicas como as privadas. Os programas REUNI (Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), PROUNI (Universidade Para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), juntamente com a ampliação das políticas de ações afirmativas, criaram novas condições de acesso e permanência de populações historicamente excluídas. Criou-se 18 novas universidades públicas e mais de um milhão de bolsas em universidades particulares que atenderam principalmente pessoas de baixa renda. Contudo, o índice de inclusão de jovens entre 18 e 24 anos ainda foi muito baixo, representando apenas 15%, tendo em vista o não rompimento da lógica mercantil da educação superior, que inclusive cresceu com essas medidas e as políticas de isenção de impostos. Mas é inegável o papel que tiveram essas políticas para avançar, ainda que pouco, na democratização do acesso. O pouco que se avançou, porém, foi destruído, após o golpe jurídico-midiático-parlamentar, financiado pela burguesia pró-imperialista, em dois anos com a política de ajuste fiscal que asfixiou as universidades, com cortes e contingenciamentos no orçamento. Só na UFBA já são mais de 12 bilhões cortados. Dessa forma, está colocado para os trabalhadores da educação superior a necessidade de construir em suas organizações de luta, entidades e sindicatos, a resistência para derrubar as medidas golpistas de desmantelamento da universidade pública que perpassa pela defesa da democracia e contra o estado de exceção.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão Universitária; Golpe Jurídico-midiático-parlamentar; Ajuste Fiscal.

### 2 - FINANCIAMENTO, PRODUTIVISMO E EDITALIZAÇÃO - CONDIÇÕES DE TRABALHO INTENSIFICADO DO CORPO DOCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO

AUTOR/A PRINCIPAL: Elza Margarida de Mendonça Peixoto (Faced/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: João Paulo Dória de Santana (PPGE/Faced/UFBA)

RESUMO: A expressão produtivismo atinge como adaga aos professores que atuam na pós-graduação brasileira. Os que a manejam ocultam a gravidade de uma política de financiamento da pós-graduação assentada na intensificação do trabalho docente e extremamente bem-sucedida na meta de dividir para governar. O trabalho almeja pôr em debate as determinações a que estão submetidos os professores que atuam na Pós-Graduação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: condições de trabalho; intensificação; financiamento; editalização; produtivismo

### **3 - A VERTICALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E TECNIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO**

AUTOR/A PRINCIPAL: Helyom Viana Telles (IF Baiano – Campus Serrinha)

RESUMO: A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O desenvolvimento da Rede Federal de Educação através da institucionalização do processo de verticalização nos Institutos Federais e as consequências dessa política nas condições de trabalho e na carreira docente vem sendo estudados por inúmeros autores a exemplo de Oliveira e Cruz (2017), Costa (2016), Baccin e Shiroma (2016) e Silva (2015) que apontam para o desenvolvimento de um quadro de crescente precarização e intensificação do trabalho docente. A verticalização, característica essencial dos IFs teria como objetivo a otimização da infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos, de gestão, além da integração da Educação Básica à Superior. Nos Institutos Federais um mesmo corpo docente é responsável por promover a integração da educação básica à educação profissional e realizar pesquisa e extensão, na mesma unidade educacional. Por sua vez, no XIV Encontro Nacional do PROIFES, vários dos trabalhos apresentados objetivaram discutir denunciar a degradação das condições de trabalho nos Institutos Federais. O presente trabalho propõe sistematizar essas reflexões e integrando-as no campo discursivo mais amplo da discussão sobre as contradições envolvidas na expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, refletir sobre a precarização das condições de trabalho no Instituto Federal Baiano, que envolvem, entre outras coisas a eliminação do direito à realização de pesquisa científica a partir do conceito de tecnificação do trabalho docente. Entendo a tecnificação como um processo que, através de princípios normativos e construções discursivas quer reduzir o docente à condição do técnico.

PALAVRAS-CHAVES: Instituto Federal Baiano; verticalização; condições de trabalho

### **4 - DA REPROVAÇÃO AO FRACASSO ACADÊMICO NAS DISCIPLINAS DO CURSO QUÍMICA, NO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UFBA**

AUTOR/A PRINCIPAL: Edna Santos de Jesus (Instituto de Química/UFBA)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Hélio da Silva Messeder Neto (Instituto de Química/UFBA); Hélio Oliveira Pimentel (Instituto de Química/UFBA)

RESUMO: Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada entre professores e estudantes, sobre as ideias de reprovação e fracasso em disciplinas vivenciada por discentes dessa unidade de ensino superior. A negação do conhecimento aos filhos da classe popular, vivida por várias gerações, aqui representada por um personagem denominada Maria, motivou a elaboração dessa pesquisa, realizada em uma instituição de ensino superior onde algumas pessoas, especialmente de origem pobre, vivenciam as controvérsias de uma inclusão social perversa na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa instituição, cuja história de acesso era predominante e reconhecidamente elitista, ainda fornece elementos que podem comprovar a deficiência estrutural para atender a uma comunidade com suas diversidades socioculturais. Ao ingressar



na Universidade, o estudante se defronta com uma falsa concepção alardeada de que “ele é igual a todos”. Essa ideia veiculada faz com que a comunidade acadêmica não desperte para frear o processo inclusão perversa da classe pobre que tenta uma vaga na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: reprovação; fracasso nas ciências exatas

## 5 - CARREIRA VALORIZADA = APOSENTADORIA DIGNA

AUTOR/A PRINCIPAL: Joviniano Soares de Carvalho Neto (Aposentado / FFCH)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Maristella Said (Aposentada / FFCH)

RESUMO: Partindo do fato de que ser professor é característica permanente, propõe ao movimento docente uma política com reivindicações gerais, para todos os aposentados e específicas para os professores.

PALAVRAS-CHAVE: aposentadoria; professores

## 6 - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE E SALÁRIO, VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO SOCIAL DA PROFISSÃO

AUTOR/A PRINCIPAL: Joviniano Soares de Carvalho Neto (Aposentado / FFCH)

AUTOR/ES/AS COLABORADOR/ES/AS: Luciene da Cruz Fernandes (ICS)

RESUMO: Este trabalho tem dois objetivos e duas partes. A primeira é de reafirmação de pontos que consideramos básicos e consensuais sobre carreira docente e salários visando manter e aprofundar uma política que o movimento docente vai construindo na história. A segunda é propor medidas para a valorização e o reconhecimento social dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: carreira docente; valorização

## 7 - OS SINDICATOS E OS SEUS APOSENTADOS

AUTOR/A PRINCIPAL: Manoel Marcos Freire D´aguiar Neto (Física/UFBA)

RESUMO: Uma brevíssima revisão histórica nos mostra que o nascimento do sindicalismo brasileiro foi fortemente influenciado pela migração de trabalhadores vindos da Europa. O final do século XIX marca a

transição da economia nacional, até então basicamente rural, com destaque para o plantio e a produção da cana de açúcar e do café, desenvolvidos pelo braço escravo, e que sofre transformação com a introdução da atividade manufatureira exercida pelo trabalhador assalariado, classe esta que surgiu após a abolição da escravatura. Os imigrantes que aqui chegavam, vindos da Europa, tinham relativa experiência com o trabalho assalariado e conhecimentos de direitos trabalhistas construídos em seus países de origem. Lembremos que a industrialização naquele continente teve início a partir do século XVIII e já na primeira e segunda década do século seguinte surgem, na Inglaterra, as primeiras tentativas de organização de trabalhadores para lutar contra as condições precárias de trabalho de então, com jornadas de até 16 horas diárias.

PALAVRAS-CHAVE: sindicalismo; direitos

## **8 - CARREIRA E APOSENTADORIA NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS NUMA ÉPOCA DE INCERTEZAS**

AUTOR/A PRINCIPAL: Adriana Valéria Da Silva Freitas (Escola de Enfermagem/UFBA)

RESUMO: A escolha da carreira acontece em alguns casos influenciada pela inexperiência e dúvidas comuns à fase da juventude. No caminho desse percurso está a aposentadoria, evento intimamente ligado a fase em que se percebe com maior nitidez a chegada de aspectos ligados ao envelhecimento. Este estudo, teve o objetivo de refletir sobre a carreira e a aposentadoria de docentes de ensino superior. Para tanto, utilizou-se a metodologia de estudos de reflexão teórica, que procuram discutir a temática a partir de conceitos e/ou teorias que colaborem para sua análise. Nesse sentido, a reflexão sobre carreira e a aposentadoria teve a fundamentação amparada no conceito de curso da vida. Os resultados estão pautados na dinâmica de mudanças cada vez mais aceleradas, que requer do indivíduo fluidez para garantir adaptação ao mundo moderno. Diante disso, os docentes de IES que atualmente já estão no processo de transição para a aposentadoria, experimentam essas mudanças tendo que adaptar-se ao papel construído ainda quando se entendia que o mundo era sólido e duradouro. Em contrapartida, os jovens docentes inseridos nas IES no tempo líquido, se adaptam mais facilmente as novas tecnologias de construção de conhecimento. No entanto, em relação a aposentadoria, apesar de ainda não terem como uma preocupação, precisarão reinventar essa conquista. Concluímos que a carreira e a aposentadoria sempre serão momentos carregados de dúvidas e por isso, necessitam de acompanhamento. Assim, propomos sua inserção como temas que deverão se configurar no curso da vida docente influenciada pelos dilemas da individualidade numa época de incertezas.

PALAVRAS-CHAVE: escolha da carreira profissional; aposentadoria; curso de vida

apub.org.br/congresso



# congresso docente da apub



Apub Sindicato dos Professores das Instituições  
Federais de Ensino Superior da Bahia  
Rua Prof. Aristides Novis, 44, Federação  
CEP 40210-630 – Salvador – Bahia.  
Tel.: 71.3235-7433